

O PODER DE NOMEAR

Algumas toponímias do Oiapoque¹

Carlo Romani²

Este ensaio narrativo busca explorar as diferentes possibilidades discursivas que surgem em algumas das fontes históricas existentes sobre a vasta região do norte do atual estado brasileiro do Amapá, particularmente aquelas que tratam da nomenclatura da região do Oiapoque. É importante ressaltar que o espaço físico de que tratamos nesta narrativa permaneceu durante quase duzentos anos, desde o Tratado de Utrecht em 1713 até o Tribunal Arbitral de Berna em 1900, como uma zona de limites litigiosa sem a possibilidade do exercício da soberania nacional pelos seus dois contendores: Portugal e depois Brasil e, do outro lado, a França. A opção em escrever um ensaio – que explora, além do conteúdo temático, também uma forma de relato cujas informações encontradas são lançadas, agenciadas, divergindo entre si, contrapondo-se e tecendo uma trama aberta, inacabada – faz com que ele não esteja nos cânones clássicos dos textos acadêmicos, portanto, abstenho-nos de emitir uma conclusão.

*

A História sobre um lugar nunca é somente uma única História. Não é somente a história de seus espaços ocupados ou dos acontecimentos neles ocorridos e das pessoas diretamente envolvidas, mas também é a história das práticas vividas por estas pessoas e das mudanças que elas tiveram no decorrer do tempo através do contato e interação com diferentes culturas e modos de se expressar essas culturas. Qualquer história que possa ser contada, sempre, desdobra-se em uma multiplicidade de outras histórias, quase um sem fim de diferentes histórias. Na ocupação da região de fronteira do atual estado do Amapá, houve uma dura luta travada inicialmente entre a vida humana contra a força da natureza que a envolvia. A simples disputa pela sobrevivência transformou-se em uma disputa pela conquista e posse do território. E na disputa entre poderes travaram-se embates envolvendo povos, raças, gêneros, Estados, costumes, religiões, ideologias, mentalidades, enfim, distintos confrontos. A ocupação de um território e a instituição social e histórica desse espaço é o resultado das relações travadas entre os poderes nele presentes e que lá se confrontaram. A seguir são apresentadas algumas das

possibilidades históricas relativas à toponímia, dentre as diversas invenções que foram criadas nesse espaço físico ainda pouco povoado dessa grande região natural nos confins institucionais do Brasil com a Guiana Francesa, denominada Oiapoque.

Os povos de origem *Tupi* não têm uma história no sentido moderno dado ao termo. Têm suas lendas, seus mitos, sua tradição oral, saberes por eles construídos que substituem e cumprem, em suas culturas, a função que a ciência histórica teve e ainda tem na cultura moderna na construção e afirmação de uma identidade nacional³. Seria muito mais uma atribuição dos antropólogos essa procura por lhes inventar uma história, do que uma demanda cultural própria dessas populações. Uma história que tem servido, talvez, muito menos para que os índios se reconheçam nela enquanto herdeiros de suas tradições, e muito mais para auxiliar a nossa própria tradição interpretativa ocidental. Não faz sentido para um povo *Tupi* amazônico ter uma história cuja função é a de conservar, aprisionar, perpetuar um acontecimento, porque eles são ou foram, enquanto o puderam, de natureza nômade. Por isto precisaram e precisam ainda para sobreviver, mesmo vivendo em comunidades de pequeno número de integrantes, de um vasto território para se dispersarem. Os povos de língua *Tupi* poderiam ser definidos, em termos ocidentais, como sendo atribuídos de uma espécie de *nomadismo cultural*.

Assim, partindo desta idéia original, baseada em parte, na concepção filosófica tratada pelo conceito de nomadologia proposto por Deleuze e Guattari⁴, para quem seria preciso pensar na produção de uma *anti-história*, uma forma de experimentar o passado enquanto devir que nos libertasse das disciplinas e dos saberes já classicamente construídos, que vemos o quanto ainda estamos impregnados daquele modelo de discurso moderno etnocêntrico e o quanto nos é difícil, ainda, conseguir criar algo de diferente, principalmente quando vamos ao encontro de quem é receptor de uma herança cultural bastante diferente. Não é o objetivo central deste ensaio uma discussão sobre a produção de uma história indígena, mas, como serão analisadas neste texto as relações criadas na disputa entre diferentes poderes, sua influência na ocupação do território pesquisado e na construção do espaço de vivência das populações locais, cabe um olhar sobre a reflexão de alguns autores que nos permita notar como diferentes campos do conhecimento vêm relatando e têm interpretado e escrito esse tema.

Não se trata absolutamente de negar a possibilidade da existência de uma história indígena, o que poderia confundir-se com a idéia de que os povos pré-

colombianos não teriam história, armadilha que, para Manuela Carneiro da Cunha, nos remeteria à ilusão do primitivismo.⁵ Idéia bastante recorrente durante o século XIX e o começo do XX, quando os etnógrafos embrenharam-se nas selvas em busca de vestígios ainda intactos das antigas sociedades sem Estado. Porém, questiona-se aqui, por outro lado, se a tentativa de produzir uma *História dos Índios*, nome dado ao livro coordenado por Carneiro da Cunha, também não se presta fundamentalmente a uma necessidade nossa, moderna, fundada num saber científico e acadêmico, a partir de um referencial constituído pelas nossas experiências pessoais, teóricas, metodológicas e porque não, também intuitivas, de classificar, analisar, interpretar e aprisionar de alguma forma o que ainda restou daquelas antigas sociedades. Tudo isto feito atualmente sob uma nova perspectiva do saber, que vem agora sustentada pelo discurso do direito à diversidade das identidades sócio-culturais.

Feitos os questionamentos quanto à forma e ao significado dados a essa produção histórica, é certo que ela auxilia o estudo e a construção de uma variedade de trabalhos em que a temática indígena esteja presente. No caso específico deste trabalho, a compreensão histórica da cultura e das transformações culturais ocorridas em vários povos indígenas, que viveram ou ainda vivem na região em estudo, é parte significativa do esforço para analisar as diferentes construções históricas sobre a região do Oiapoque. Porém, aqui se entende essa produção, não como sendo uma história **dos** índios, mas como sendo uma história **para** os índios, ou, ainda melhor, **sobre** os índios. Uma história sobre os índios que fez uso para a sua construção, de uma série de saberes modernos, como a Antropologia (física e cultural), a Biologia, a Arqueologia e a Lingüística, além da própria História. Portanto, trata-se também de uma história que nos interessa. Mas interessará este tipo de história ao antigo traço cultural característico *Tupi* do nomadismo?

Essa é uma das dificuldades que enfrenta o antropólogo ao fazer a história indígena, uma incompatibilidade gerada, segundo Dominique Gallois, na diferença entre ser o sujeito e o objeto da história⁶. É dessa cultura *Tupi*, nômade por excelência, é da necessidade de trânsito permanente dessas populações amazônicas de que nos fala o lingüista Greg Urban, para quem a dispersão final dos grupos falantes *Tupi* teria ocorrido após o ano 1000, atravessando o Xingú e o Tocantins até a região do delta do Amazonas. Entre esses grupos estariam também os *Waiãpi*, grupo indígena do mesmo parentesco lingüístico reunido sob o nome genérico de tronco Tupi-guarani⁷.

Em seu percurso migratório, pelo menos aquele que a nossa história conseguiu reconstruir através dos estudos bibliográficos e etnográficos já realizados⁸, os *Waiãpi* deixaram o médio e baixo rio Xingu, o lugar mais distante de onde se encontram referências escritas sobre eles, a partir do século XVII, para alcançar, no fim do século XVIII, o médio e alto rio Oiapoque, onde hoje circulam em uma área relativamente restrita abrangendo seus afluentes de ambas as margens (brasileira e francesa). Esta é uma possível explicação da origem espacial dessa população, com base nas fontes dos relatos de viagens de expedicionários, missionários e aventureiros⁹. Já, segundo outra tradição *Waiãpi* estudada pelo etnógrafo Pierre Grenand¹⁰, seu berço de origem seria muito mais recente, situando-se nas margens do rio Jarí, afluente do Amazonas próximo à sua foz. Na percepção histórica original desse povo, como explica Dominique Gallois, “a total inexistência de cronologias, além das 4 ou 5 gerações ascendentes, determina uma compressão do tempo, onde todos os eventos são reduzidos a um único tempo, o ‘mitológico’”.¹¹ Então, para estabelecer uma significação cronológica linear baseada em nossa compreensão temporal sobre a história mitológica *Waiãpi*, os antropólogos precisaram recorrer a outros saberes que não somente o etnográfico. Mas isto se fez para atender a uma necessidade nossa, irrelevante para esses povos *Tupi*. Um desses estudos usados é o de sua linguagem.

Como já apontamos, a fala *Waiãpi* deriva do tronco lingüístico da família *Tupi-Guarani*. Segundo a tese lingüística, esta família começou a sua diferenciação em relação aos outros grupos macro-tupi entre 2000 e 3000 anos atrás, a partir de algum lugar entre o Xingu e o Madeira. E o fizeram em sucessivas e seguidas dispersões tomando a forma de explosões irradiadoras que alcançaram, com o decorrer do tempo, regiões cada vez mais distantes. Assim, a constituição desses grupos índios a cada diferenciação gerada, assume também uma característica mais nômade. Na avaliação de Urban, tornaram-se “*menos presos a espaços físicos*”, com suas línguas e culturas tornando-se também cada vez mais móveis¹². Isto permite encontrar parentescos étnicos entre nações que seriam, a princípio, absolutamente distantes.

Por conta dessa característica migratória, tal é o nível de variação encontrado no vocabulário dos diversos povos *Tupi-guarani*, que, em muitos casos, o uso da lingüística como instrumento para recuperar uma história sobre uma determinada tribo indígena revela-se próxima de um lance de jogo de azar. No palco da região sobre a qual produzimos este trabalho, a origem e o significado do nome Oiapoque ainda causa

muita controvérsia entre os pesquisadores. Vamos tomar como exemplo, por ser uma das explicações mais recentes para essa toponímia, a versão apresentada por Jorge Hurley em um artigo escrito após sua expedição costeira ao norte brasileiro:

Eu lia na sede da Colonização do Oiapoque, hóspede do distinto engenheiro gaúcho Gentil Norberto, a melhor obra do grande sertanista Henri Coudreau, “Chez nos indiens quatre années dans la guyane française” (1887-1891), quando achei à pagina 450 a origem do vocábulo Oyapoc, por um esforço de analogia. Disse Coudreau: “La première nuit ou dort á embouchure du PINOC, ainsi nommée de ce qu’une case couverte en feuilles autrefois: Pino-cuamou (baoaba na língua criôla) é óca maison.

Pinoc, que é um igarapé do alto Oyapoc, margem francesa, foi a chave maravilhosa da descoberta. Lembrei-me dos Oyampis e de óca, liguei os dois vocábulos e compus Oyampoca, casa de Oyampis ou lugar de Oyampis! Estava revelada a etimologia de Oyapoc. A “ferrugem” do tempo roeu-lhe o m de Oyam e o a de óca...¹³

O baiano Hurley, em sua missão de reconhecimento da costa, ora tomava ares de antropólogo, ora de etnólogo e também se fazia passar por etimólogo. Engenheiro de formação, ele usava o seu raciocínio lógico para deduzir novas teorias e legitimar novas descobertas, como fez neste exemplo de analogia que ele mesmo descreve. Contudo, essa tese está longe de ser uma unanimidade. Ela é aceita pelo dicionário etimológico dos municípios brasileiros¹⁴ porém, existem muitas outras explicações para o mesmo termo.

O próprio engenheiro, antes de dar a sua explicação lógica, enumera uma sequência de diferentes argumentos usados ao longo da História nas tentativas de decifrar a origem do termo. Para Paul Laporte e para Raja Gabaglia¹⁵, seu nome derivaria do macaco *chironectes palmatus*, muito abundante na região e pelos índios nativos chamado de *yapoc*. Segundo o trabalho lingüístico de Martius¹⁶, a etimologia do vocábulo se originaria do *Karib*, língua na qual *ojab* significava abrir por si e *poc*, rebentar. Portanto, Oiapoque é o rio que arrebenta. Esse nome também é o aceito por Barbosa Rodrigues devido ao grande número de corredeiras existente no curso do rio. Ora, somente naquela afirmação de Martius, já nos surgem três possibilidades diferentes. A primeira: se o vocábulo é de origem *Karib*, então os *Waiãpi* não seriam mais um povo *Tupi*? Se, por outro lado, eles realmente devem ser considerados como sendo um povo de origem *Tupi*, então a língua por eles falada poderia ter incorporado várias outras línguas através de intercâmbios tribais, entre elas o *Karib*? E enfim, talvez então, o nome Oiapoque não tenha sido dado pelo povo *Waiãpi*, mas por uma outra população, esta de origem *Karib*? Como vemos, parece que o uso da lingüística, às

vezes, longe de ser um facilitador, também pode se tornar um complicador das explicações buscadas pelo cientista humano. Portanto, o que nos garante que uma história sobre os índios não se transforme apenas em um mero jogo de dados lançados ao acaso?

Voltando à origem do nome Oiapoque, durante a disputa franco-brasileira pelo Território Contestado¹⁷, os textos franceses do século XIX levantaram a dúvida iniciada por De Montravel quanto a *Oyapoc* e demais nomes próximos, *Japoc*, *Japoco*, *Yapoc*, *Wayapoc* serem todas denominações que designariam somente um rio qualquer, um nome genérico para rio grande. A obra de Joaquim Caetano, estudada pelos pesquisadores da Comissão de Limites do Itamarati¹⁸, traz também uma relação completa dessas diferentes possibilidades e inclui o nome genérico de grande rio como sendo aceito também pelo Barão de Butenval e por Le Serrec. Esse grande rio poderia ser o Amazonas, fato que, na época, interessaria demasiadamente aos franceses. Sim, pois caso pudessem provar a relação entre o nome *Oyapoc*, marco que uma vez definido seria aceito como a fronteira sul da Guiana Francesa, esse território teria estendida sua fronteira geográfica para uma localidade muito mais ao sul, permitindo o acesso ao vale amazônico.

Outra explicação etimológica usada durante bastante tempo, seria a diferenciação estabelecida pelos índios, entre rios pequenos, *oya mirim*, e rios grandes, *oya pucú*, palavra que em *Tupi* está mais corretamente associada a comprido. Além dessas explicações temos outras ainda, como *poc* ou *pucu*, significando furo e *oya*, água. Portanto Oiapoque seria uma terra inundada por água, ou, por extensão, igapó, igarapé. Por último temos a versão criada por Joaquim Caetano, para quem o termo se originaria da composição de duas palavras *Waiãpi*: *waia* que é ponta e *poco*, que significa longa. E assim o nome se deveria à ponta longa que há em sua foz, uma referência direta ao cabo Orange.

Por essa breve exposição, parece-nos que a nomenclatura também atende ao interesse de quem a produz. Envolvidos em uma disputa territorial entre duas nações, os estudiosos e exploradores franceses e brasileiros, cada qual de sua parte, não mantiveram a objetividade científica que naqueles tempos tanto reclamavam como método para a realização de seus trabalhos. Ou melhor, transformaram o discurso de objetividade científica em uma ferramenta para construir e moldar uma cartografia e

toponímia que sustentasse os reclamos de seus governos. Os estudiosos brasileiros, em sua maioria, tentaram dar nomes que localizassem o rio Oiapoque como sendo mesmo aquele que atualmente leva este nome, ou, pelo menos, procuram encontrar significados nos nomes indígenas que não comprometessem essa hipótese. Por outro lado, os franceses tentaram associar o vocábulo Oiapoque a nomes genéricos que designassem qualquer rio ou qualquer rio grande, o que poderia levar à interpretação das cartas náuticas e terrestres de modo a associar aquele nome ao rio que hoje é aceito como sendo o rio Araguari ou, quem sabe até, ao Amazonas. Mas esta disputa de nomes somente se desenvolveu a partir do século XVIII. Até então, o nome indígena que debatemos encontrava-se praticamente ignorado nas antigas cartas geográficas.

WAYÃPI, WAYÃPI, WAYÃPI¹⁹ teriam falado os índios apontando para eles mesmos. WAIÃPI-OCK, WAIÃPI-OCK, WAIÃPI-OCK, teriam dito, abrindo os braços e apontando para o longo do rio. Talvez, pudéssemos narrar desta forma o primeiro encontro entre os marujos espanhóis desembarcados naquele curso por volta do ano de 1.500 e os índios locais. Se aceitarmos a tese de Hurley, os *Waiãpi* queriam somente dizer que aquele era o lugar onde viviam: Oiapoque, a morada dos *Waiãpi*. Foi nesse território que a frota de Vicente Yañez Pinzon fundeou. O fato, o nome berrado pelos nativos, foi obviamente ignorado pelo navegador a serviço de sua majestade o rei de Espanha. Como homenagem pelo “descobrimento”, o monarca manda batizar o rio com o nome de seu navegador: “*El Rio de Vicente Pinzon*”. Os mapas históricos espanhóis e portugueses do século XVI e XVII denominam o rio, na maior parte dos casos, com o nome Pinzon ou Pinçon. Já os mapas franceses e ingleses a partir do século XVII usam somente o nome de Oiapock ou seus derivados como, Japoc, Yapoc, Wayapoc e outros.

Nem ao certo podemos saber se ambos os nomes referem-se ao mesmo rio. É bastante provável que, pelo menos segundo o geógrafo Vidal de la Blache, Pinzon tivesse fundeado ao largo da foz de outro rio. Nesse caso teria encontrado outros índios, outra tribo, outra língua, outro nome. Em um relato datado de 1513, Pinzon menciona uma “Província Paricura”, na região do Cabo Norte, e nada comenta sobre os *Waiãpi*, índios que, como vimos pelos trabalhos feitos sobre a dispersão dos povos *Tupi*, provavelmente, somente chegaram nessas paragens duzentos anos depois. Contudo, o que nos interessa aqui não é encontrar a verdade histórica sobre o lugar exato do primado europeu nesse setentrional terreno amazônico, mas sim perceber que a diferença entre os dois chamamentos ressalta de antemão uma diferença de mentalidade

e perspectiva existente entre as duas civilizações que ali se defrontaram. Para uma delas, a dos antigos habitantes, nomear denota somente significar algum lugar como referência a uma imagem, fato ou ação já conhecida ou existente na natureza. Para a segunda, a dos conquistadores que chegaram e buscaram dominar e submeter o gentio, nomear significa querer immortalizar alguém em algum lugar. Da mesma forma, para a maioria daqueles povos indígenas nômades, a morte significava reviver e vaguear pelas terras enquanto espírito. Já, para os cristãos mercantilistas como o espírito despede-se da terra após a morte, esta somente pode significar alguma vida ao seu portador se for immortalizada ainda em terra. Eis o choque anunciado entre uma civilização voltada para a vida coletiva dentro de uma comunidade de pessoas e outra orientada para o sucesso da empresa pessoal e a valorização da individualidade. Este foi apenas o primeiro dos diversos conflitos criados entre diferentes interesses, costumes e modos de vida, que se confrontaram nessa vaga erva amazônica.

Batizar lugares, renomear antigas denominações sempre foi uma forma de conquistar e ocupar territórios. Obcecados pelas disputas nos tribunais, pelas estratégicas tramas dos tratados intencionalmente arbitrados, pelos litígios das fronteiras, todavia não demarcadas, a vida simples e o cotidiano das pessoas que habitavam as “novas” terras, a sua língua, seus nomes, valores e costumes, nada valiam para os modernos soberanos europeus empenhados em levar a velha civilização ao Novo Mundo.

Porém, sobretudo ali, naquela região fronteira entre o vale amazônico e o Oceano Atlântico, é necessário comentar uma diferença de base religiosa no caráter da empresa mercantil protagonizada pelos católicos ibéricos e pelos protestantes do norte europeu. Nesse norte sul-americano os conquistadores delimitaram tanto uma fronteira geográfica natural, o divisor de águas das montanhas TUMUC-HUMAC, como realizaram uma fronteira religiosa. No vale amazônico, ao sul do maciço, permaneceram espanhóis e portugueses. Do outro lado, nas Guianas, em direção ao oceano, estabeleceram-se os franceses, os holandeses e os ingleses²⁰.

Essas distintas colonizações também criaram diferentes relações com os indígenas da região. A diferença que nos interessou neste episódio, discutível, mas bastante elucidativa, poderia ser a de que os católicos travaram, além de uma mera empreitada comercial, inclusive uma batalha religiosa pela conquista das almas,

separando os índios selvagens daqueles já convertidos. Por outro lado, pelo menos nesse quinhão do continente, os protestantes se dedicaram exclusivamente à sua empresa mercantil, delimitando uma fronteira entre terras colonizadas e terras indígenas. Talvez esse descaso dos huguenotes com o paganismo ameríndio tenha contribuído para uma convivência mais pacífica com as tribos ali estabelecidas. E também para uma manutenção mais permanente da toponímia original. Ao contrário, a prática de espanhóis e portugueses e também a das missões católicas francesas, sempre foi a de complementar com um batismo cristão o antigo nome nativo, por exemplo, no caso da nova fortaleza de São José de Macapá.

Naquela que foi a grande empresa colonial ibérica, se ainda se mostrava de modo praticamente impossível colonizar a densa selva tropical, pelo menos o batismo católico ou a imposição do próprio nome aos acidentes naturais encontrados, afirmava uma vontade de pleno domínio. Ao que tudo indica, Pinzon foi o primeiro ocidental a percorrer esse trecho do litoral que passará a ser conhecido como a “Costa do Cabo Norte”, futuro território litigioso, uma extensa região praticamente despovoada indo desde o canal norte do Rio Amazonas até a baía do rio Oiapoque²¹. Francisco Orellana²², outro espanhol, após ter percorrido o rio Amazonas desde as nascentes andinas até a foz atlântica, quando de sua chegada em Madri temperou ainda mais o imaginário ocidental sobre essas terras ao contar ter enfrentado as guerreiras amazonas nas margens do grande rio.

Coube aos navegantes protestantes a retomada de viagens lendárias. O viajante inglês Sir Walter Raleigh movido pela cobiça do ouro investiu ao sul do delta do Orinoco em busca do “El Dorado”, a reluzente cidade de Manôa perdida na selva. Capital das amazonas com construções revestidas de um brilho dourado, sustentadas por colunas de ouro maciço e fachadas cravejadas de brilhantes, rubis e esmeraldas cobertas com cúpulas montadas em pura prata. O sonho delirante do novo mundo povoava os corações dos viajantes ante a ingenuidade nativa que lhes ria. Raleigh nunca o encontrou. Mas, voltou para Londres maravilhado, e prontamente publicou *The Discovery of the large, rich and beautiful Empire of Guyana (1596)*²³. Estava aberto o sinal para a conquista dos europeus setentrionais. Nos anos que se seguiram, exploradores ingleses, holandeses, irlandeses e franceses a mando de seus soberanos vieram se deliciar nesse império da riqueza material que acreditavam ser as Guianas. O rio Oiapoque, então, passou a ser visitado, seguidas vezes, por embarcações inglesas.

Também a holandesa Companhia das Índias Ocidentais organizou frotas a negócios na Guiana. A Coroa da França também enviou suas naus. E, assim, por extensão, a portuguesa também se viu na obrigação de defender seu então Grão-Pará. Uma obsessão civilizadora de conquistas de terras semi-abandonadas, incompreensível para os antigos nativos, que se estendeu, pelo menos em termos de jurisdição de soberania nacional até o ano de 1900. Mas, em termos de ocupação e exploração insustentável de seus recursos humanos e naturais, essa obsessão que beira a insanidade somente faz desenvolver-se, cada vez mais até o presente, sob o império do desejo capitalista.

Para a população nativa, contudo, essa longa disputa, enquanto não lhe desapropriou o espaço da vida, lhe soava com um tanto de indiferença. Portugueses, franceses, brasileiros, ingleses, não eram nacionalidades compartilhadas ou adquiridas seja pelos negros, crioulos, caboclos ou índios, enfim, pelas populações habitantes do território. Podiam manifestar mais ou menos simpatia por uns e outros que lá circulavam, mas, esse sentimento inventado de uma identidade nacional legitimado pela História enquanto disciplina essencialmente moderna, seguramente eles não o tinham. O que estava em jogo, para esses povos, era apenas um lugar onde se pudesse viver e sobreviver, um lugar onde se construía, a cada dia, o espaço real da existência.

NOTAS

¹ Este texto é uma versão revista, escrita em forma de ensaio, de uma parte do segundo capítulo da tese de doutorado em História Cultural do autor, Carlo Romani, “*Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!*” *Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. IFCH/UNICAMP, 2003. (projeto financiado pela Fapesp).

² Professor de História Contemporânea na Universidade Federal do Ceará, UFC.

³ Ao tratar da outra visão que as sociedades indígenas têm sobre as relações de trabalho/propriedade e de tempo/história, Marivaldo de Carvalho, *Introdução à práxis indígena*, São Paulo, Imprensa Oficial, 2002, p. 26, nos fala de uma “visão de ‘história’ repetitiva, de um tempo que se enquadra dentro do mito, que possui elementos que permitem explicar a sociedade enquanto mediadora, o indivíduo enquanto coletivo, e a propriedade enquanto comunal”.

⁴ Gilles Deleuze e Felix Guattari, “Tratado de Nomadologia”, *Mil platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 5, São Paulo, Editora 34, 1999.

⁵ Manuela Carneiro da Cunha, “Introdução a uma história indígena”, in Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 11.

⁶ Dominique Gallois, *Migração, guerra, e comércio: os Waiãpi na Guiana*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986, p. 25.

⁷ Greg Urban, “A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in Carneiro da Cunha, *op. cit.* p. 92.

⁸ Gallois, *op. cit.* A autora, na segunda parte de seu trabalho, traça um quadro da migração do povo *Waiãpi*, como ela o grafou, com base no trabalho anterior de Curt Nimuendajú, “Streifzug vom rio Jarí zum Maracá”, *Petermans Hilt*, vol. 73, Göteborg, 1927; também no trabalho de Alfred Mettraux, “Les migrations historiques des indiens Tupi Guarani”, *Journal de la Société des Americanistes de Paris*, SAP, XIX, Paris, 1927. Para Nimuendajú, os *Waiãpi* teriam parentesco direto com os *Guaiaipi* do rio Xingu, região de onde teriam se dispersado.

⁹ Por exemplo, João Felipe Betendorf, *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém, FCPTN, 1990. Livro 3.º e 4.º. O original foi publicado pela primeira vez em 1910 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 72, 2.ª parte; Marcel de Heriarte, *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas 1662*, apud Francisco Varnhagen, *História Geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1978; e no mapa de Padre Samuel Fritz, *Mapa geográfico Del Rio Marañon apud Barão do Rio Branco, Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, Paris, Imprimerie Lahure, 1899.

¹⁰ Pierre Grenand, *Les relations intertribales em Haute Guyane du XVIII siècle à nos jours*. Paris, Institute de Ethnologie, 1972.

¹¹ Gallois, *op. cit.*, p. 26.

¹² Urban, *op. cit.*, p. 92-3.

¹³ Henrique Jorge Hurley, “Oyapoc não tem K”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía*, Salvador, vol. 56, 1930, p. 592.

¹⁴ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. 14, Rio de Janeiro, 1951.

¹⁵ Paul LaPorte, *La Guyane des Ecoles*, Caiena, Atipa, 1983; Raja Gabaglia, *As fronteiras do Brasil*, p. 90-1, apud Hurley, *op. cit.*

¹⁶ Karl Martius, *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, p. 517, apud Hurley, *op. cit.*

¹⁷ O Território Contestado franco-brasileiro é o nome pelo qual ficou conhecida a região dentro do atual estado do Amapá que se estendia desde a margem norte do rio Araguari, acima da capital atual, Macapá, até a margem sul do rio Oiapoque, atual limite entre a Guiana Francesa e o Brasil. Essa disputa diplomática demorou mais de duzentos anos durante todos os séculos XVIII e XIX, até a região ser arbitrada finalmente em favor do Brasil no ano de 1900.

¹⁸ Marina Marçal e Helena Souza, *Oiapoque*, Belém, 1967, (mimeo.) Reg. 08/83. CBDL, Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹ *Wayãpi* ou *Oiampi* é um povo do núcleo lingüístico tronco *Tupí* que habita as margens do rio Oiapoque. Além deste povo, na mesma região em direção ao Oceano, há também significativa presença do povo *Palikur*, ou *Paricur*, do núcleo lingüístico *Pa* do tronco *Arwak*, ou *Aruaque*.

²⁰ Emmanuel Lézy, “France-Brésil: L’Histoire d’une merveilleuse rupture”, *Cahiers des Amériques Latines*, 28/29, Paris, IHEAL, 1998, p. 69-91.

²¹ Ver a coletânea de Flávio Gomes (org.), *Nas terras do Cabo Norte*, Belém, Governo do Estado do Pará, 1999.

²² Gaspar de Carvajal, *Descobrimento do rio das Amazonas*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941.

²³ Ver V. S. Naipul, *The loss of Eldorado*.